A EDUCAÇÃO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: ENSINO E PRÁTICA DOCENTE

Education in Brazil in pandemic times: teaching and teaching practice

Letícia Coelho dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
letycoelho@hotmail.com

Lorraine Gomes da Silva

Universidade Estadual de Goiás - UEG
lorrannegomes@gmail.com

Paulo Márcio Santos de Queiroz

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
paulomarcio53@hotmail.com

Resumo: A força implacável da pandemia, que persistiu ao longo de todo o ano de 2021, obrigou os sistemas educacionais brasileiros a optarem pela retomada das atividades pedagógicas de forma não presencial, implementando o famigerado Ensino Remoto Emergencial (ERE). Esta situação apresentou um cenário repleto de incertezas e constituiu, sem dúvida, um desafio educacional sem precedentes para alunos, professores e famílias. Os espaços, o tempo de ensino e aprendizagem foram ampliados e os educadores foram obrigados a reavaliar conceitos estabelecidos e cultivar competências em meio ao caos. Em meio a essas e outras questões urgentes relativas ao ensino remoto, surgem questões essenciais. Como se desenvolveu o ensino e a prática docente no contexto da pandemia? O que a pandemia de COVID-19 e o Ensino Remoto Emergencial (ERE) nos ensinam? Essas indagações norteiam nossas reflexões. À medida que a pandemia é gradualmente mitigada, segue-se a retoma das aulas presenciais, numa tentativa de recuperar a normalidade e ajustar as rotinas escolares diárias para todas as partes interessadas, incluindo professores, alunos e famílias. Sem dúvida, as marcas da pandemia persistirão nas próximas décadas, com ramificações pedagógicas e emocionais já a manifestar-se.

Palavras-chave. Educação; Pandemia; Ensino Remoto.

Abstract: The relentless force of the pandemic, which persisted throughout 2021, forced Brazilian educational systems to opt for resuming pedagogical activities in a non-face-to-face manner, implementing the infamous Emergency Remote Teaching (ERE). This situation presented a scenario full of uncertainties and undoubtedly constituted an unprecedented educational challenge for students, teachers and families. Spaces, teaching and learning time were expanded and educators were forced to reevaluate established concepts and cultivate skills in the midst of chaos. Amid these and other urgent issues relating to remote teaching, essential questions arise. How did teaching and teaching practice develop in the context of the pandemic? What does the COVID-19 pandemic and Emergency Remote Learning (ERE) teach us? These questions guide our reflections. As the pandemic is gradually mitigated, in-person classes are resuming in an attempt to regain normality and adjust daily school routines for all stakeholders, including teachers, students and families. Without a doubt, the marks of the pandemic will persist in the coming decades, with pedagogical and emotional ramifications already manifesting themselves.

Keywords. Education; Pandemic; Remote Learning.

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, o mundo mergulhou numa pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, que dá origem à doença conhecida como Covid-19. Esta infecção respiratória aguda, um tipo de coronavírus, espalha-se rapidamente e pode ter efeitos letais, resultando na morte de mais de 3 milhões de pessoas até julho de 2021. Entre os países mais gravemente afetados estavam os Estados Unidos, o Brasil, a Índia e a França.

Com a pandemia, todos os diferentes modos de vida mudaram no Planeta, um vírus invisível, impôs novas formas de viver, sobreviver, deslocar, trabalhar, estudar, se proteger, cuidar da saúde e todas as esferas da vida foram atingidas.

Um aspecto crítico do início da pandemia de COVID-19 no Brasil e em muitas partes do mundo foi o discurso inicial de minimização e negação da gravidade da doença. O uso do termo “gripizinha” e a subestimação dos riscos associados ao novo coronavírus foram amplamente criticados por especialistas em saúde pública e pela comunidade científica.

A negação inicial da gravidade da pandemia e o não cumprimento das medidas de contenção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tiveram várias consequências, incluindo a demora na implementação de medidas de saúde pública, como o distanciamento social e o uso de máscaras, que poderiam ter ajudado a conter a propagação do vírus. Essa falta de ação inicial contribuiu para o aumento dos casos e das mortes relacionadas à COVID-19.

Desse modo, a comunicação precisa e baseada em evidências, bem como a colaboração internacional, desempenharam papéis cruciais na resposta eficaz à pandemia. Além disso, a liderança e a consistência na mensagem das autoridades também desempenham um papel fundamental na resposta a uma crise de saúde pública.

É importante considerar que pandemia do novo coronavírus foi um evento global que afetou pessoas em todo o mundo de maneira significativa, envolveu a colaboração de todos os setores da sociedade, incluindo o governo, os profissionais de saúde, os meios de comunicação e os cidadãos.

Para compreender a dimensão global do vírus, os estudos de Santos (2003) sobre globalização e redes elucidam que várias sociedades e países estão interligados através de numerosos serviços, mobilidades, comunicações e muito mais. Essas conexões desempenham um papel fundamental. O contexto de globalização, não só de pessoas e serviços, mas também

de um vírus, revelou diferentes realidades sobre a forma como a doença tem afetado várias partes do mundo.

As desigualdades sociais foram expostas, revelando milhões de brasileiros que, antes da pandemia, não podiam receber benefícios sociais por falta de documentos de Registro Civil (RG). A ausência de políticas públicas e de apoio aos indivíduos vulneráveis e sem-abrigo, bem como as questões relacionadas com o acesso aos cuidados de saúde e à alimentação, trouxeram à luz a situação dos mais pobres. Conseqüentemente, assistimos a uma exacerbação gradual de problemas sociais como o desemprego, a fome, a subnutrição, o analfabetismo, a violência e outros que afligem o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento.

É certo que este vírus mata indiscriminadamente tanto os ricos como os pobres, mas os pobres são os mais atingidos em termos de acesso e direitos humanos. O Brasil regrediu para um país onde milhares de pessoas passam fome, as taxas de desemprego dispararam e os direitos humanos coletivos adquiridos ao longo dos séculos estão a ser corroídos, ajudados pela corrupção generalizada que está profundamente enraizada na história do país e continua a prevalecer.

Com medidas de isolamento obrigatórias, o mundo do trabalho também se transformou, mudando predominantemente para configurações remotas e virtuais. As casas também se tornaram extensões das escolas.

À luz destas e de outras questões que envolveram a educação na pandemia, surgem algumas questões cruciais. Como evoluíram o ensino e as práticas docentes no contexto da pandemia? O que a pandemia de COVID-19 e o Ensino Remoto Emergencial (ERE) nos ensinam? Estas são algumas das questões que norteiam as reflexões que se seguem.

ENSINO E PRÁTICA DOCENTE NO CONTEXTO DA PANDEMIA

De repente o mundo virtual cresceu de forma acelerada para atender não apenas as demandas das redes sociais, mas, do trabalho, da educação, da formação, do lazer, das compras, da assistência médica; das trocas de saberes, entre outras.

No Brasil, onde as escolas estiveram há mais tempo fechadas, o Censo Escolar (2019) evidenciou que cerca de 48 milhões de alunos matriculados em todo o país na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), escolas públicas e particulares, e mais de 20 milhões de estudantes matriculados no ensino superior em 2020 tiveram que ficar em casa, ao lado de seus familiares que, além das preocupações com a contaminação pela Covid-19, o

sustento da família, trabalho, rotina doméstica, tiveram ainda que cuidar da educação escolar dos seus filhos.

Com o agravamento da Pandemia que perdurou durante os anos de 2020 e 2021, para amenizar os prejuízos causados pelo tempo sem aula devido ao isolamento social, pelo atraso dos estudantes e da formação, as instituições educacionais em todo o Brasil, foram obrigadas a optarem pelo retorno das atividades pedagógicas de forma não presencial, com a implantação do famigerado, Ensino Remoto Emergencial (ERE). Assim, o ERE,

é uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro para que as atividades escolares não sejam interrompidas (...) Podemos dizer que o que iria talvez ocorrer na educação em uma década acabou acontecendo de forma “emergencial” em um, dois ou três meses... (BEHAR, 2020, p. 3)

A partir de então, o continuum curricular 2020-2021, baseado nas orientações da Resolução CNE/CP N° 2, se tornou um desafio sem precedentes para toda a educação brasileira. Do chão das escolas às universidades, professores e estudantes tiveram que dominar os ciberespaços digitais e virtuais. Antes muito utilizado como entretenimento através das redes sociais, hoje espaços diversos para aulas; palestras; reuniões; eventos; formação; encontros; entre outros.

Por meio de ambientes virtuais de aprendizagem e do uso de ferramentas digitais, os professores podem criar suas aulas em formatos síncronos ou assíncronos. No modelo assíncrono, os professores gravam suas aulas e as disponibilizam em plataformas como WhatsApp ou como podcasts. No modelo síncrono, os alunos participam em tempo real com o professor e os colegas, tirando dúvidas e interagindo, lembrando muito a dinâmica de uma sala de aula tradicional. Este modelo síncrono pode ser facilitado através de aplicativos como Google Meet, Zoom, YouTube ou outras plataformas semelhantes.

Vale ressaltar que a educação à distância (EAD) é uma modalidade de ensino que já existia antes da pandemia, caracterizada pelo uso de tecnologias de comunicação para facilitar o aprendizado fora do ambiente físico da sala de aula. O ERE, por outro lado, foi uma resposta imediata e muitas vezes improvisada para uma crise, usando tecnologia para manter algum nível de ensino durante a interrupção das atividades presenciais.

Muitas discussões e debates surgiram em torno das vantagens e desvantagens dessas abordagens, incluindo questões de acessibilidade, qualidade do ensino, desigualdades de acesso à tecnologia e impactos na saúde mental dos alunos. Portanto, tanto a Educação à distância

(EAD), quanto o Ensino Remoto Emergencial (ERE), ambas têm sua forma de planejamento e execução, aplicados de forma diferente no processo de ensino, exigindo do professor uma nova postura, aprendizado constante e um aperfeiçoamento contínuo.

No processo de ensino remoto no Brasil, durante a pandemia os professores tiveram que desenvolver estratégias para romper com paradigmas tradicionais, burocráticos, e trabalhar em uma realidade nova para todos. Isso exigiu que o professor se reinventasse metodologicamente, buscando estratégias didáticas mais adequadas na transmissão do conhecimento.

Nesses espaços de comunicação digital, lidar com ferramentas digitais e o uso de novos aplicativos se tornou o desafio imediato para alunos, professores e os próprios familiares dos alunos nas aulas online. Além disso, a adaptação à aprendizagem em casa exigiu a criação de um ambiente de aprendizagem adequado.

Portanto, além do acesso à internet, também era necessário que alunos e professores, possuíssem equipamentos adequados como computadores, laptops, smartphones ou tablets, uma vez que os incentivos do Estado ou instituições particulares de educação para aquisição das ferramentas e instrumentos necessários foram praticamente inexistentes.

Assim, tendo os professores e estudantes que custear suas próprias ferramentas e garantir uma *internet* minimamente possível para acesso, assistimos mais uma vez o agravamento da exclusão, da evasão, e até a invisibilidade de muitos alunos oriundos de periferias ou das escolas do campo que não tiveram aulas nesse período o que só confirma o tamanho da desigualdade social histórica que sempre vivemos. Para as tantas famílias que buscaram garantir o alimento do dia, ter um celular para o (a) filho (a), estudar estava além do possível. Estudantes que vivem em lugares afastados, isolados, também foram excluídos do novo modelo de educação imposto pela pandemia, agravando ainda mais a desigualdade social no Brasil.

Isto sem falar nas diversas enfermidades físicas e emocionais, como a desilusão e a desmotivação em seguir atividades com o número mínimo de alunos; a ausência ou baixa participação dos alunos nas aulas; a dura realidade da fome e da pobreza para aqueles que não têm acesso à Internet, muito menos aos dispositivos necessários; câmeras desligadas, fazendo com que as aulas parecessem acontecer em um vazio; taxas de abandono; a pressão da gestão escolar para lidar com inúmeras tarefas burocráticas, entre outras. E para os professores do ensino superior, as inúmeras atividades complementares.

Diante deste cenário, testemunhamos os maiores índices de evasão escolar, especialmente em instituições públicas, conforme relatado no Brasil pelo Fundo Internacional

de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF, 2021). Segundo o relatório, o número de estudantes com idades entre 6 e 17 anos que abandonaram as instituições de ensino atingiu 1,38 milhões.

Como constatamos, a falta de equipamentos e uma conectividade adequada, tiveram um impacto significativo na efetividade da proposta, interação e participação no processo de ensino-aprendizagem no ensino remoto. Essa situação pode ter levado a uma sensação de isolamento e falta de comunicação entre professores e turmas, tornando a experiência de ensino online menos envolvente e menos eficaz.

Mesmo com todas as novas tecnologias disponíveis, reconhece-se que o ensino é deficiente e que falta aprendizagem. Isso não se deve à competência dos educadores. Não devemos carregar o peso dos motivos dos fracassos, das desistências, das exclusões, das rejeições e das demissões. Infelizmente, o cenário apresentado é desmotivador, pois, segundo Freire (2006, p. 12), “[...] não basta produzir conhecimento; é preciso produzir as condições para a produção de conhecimento, e isso é precisamente o que não temos”.

Esses desafios salientam a importância de abordar questões de acessibilidade e igualdade como garantia para que todos os alunos tenham acesso às ferramentas e recursos necessários para promoção da equidade na educação, especialmente em momentos de crise como uma pandemia.

Além disso, os professores desempenharam um papel crucial ao enfrentar esses desafios e buscar maneiras de adaptar seu ensino para atender às necessidades de seus alunos. O apoio contínuo e o investimento em infraestrutura educacional são fundamentais para enfrentar esses desafios e melhorar a qualidade da educação online, especialmente em situações emergenciais.

Isso destaca a importância primordial das escolas na sociedade. Sobre esta questão, Libâneo (2012) defende que as escolas devem servir como locais de inclusão para pessoas de todas as esferas da vida, dos mais pobres aos mais ricos. Talvez seja uma das instituições mais importantes do país. Se para a elite representa um espaço de conhecimento, para os menos privilegiados o ambiente escolar é um local de apoio, encontro, diversidade e socialização. Esta perspectiva também se aplica quando se consideram as universidades. Arroyo (2000) enfatiza a importância das escolas como espaços onde os indivíduos são transformados em cidadãos.

Freire (2006, p. 61) afirma: “[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Portanto, a educação não transforma o mundo; a educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo. Freire (2003, p. 40) afirma ainda: “A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática”.

É sabido que as políticas educacionais avançavam sob as premissas dos direitos humanos, entrelaçadas com a diversidade dos debates de gênero, dos movimentos negros, indígenas e quilombolas. Porém, em 2021, no contexto da pandemia, sob um estado neoliberal e negacionista, que nega a ciência, o conhecimento, os direitos humanos e a educação, essas discussões sofreram uma interrupção abrupta, agravando ainda mais os desafios da educação pública, colocando tanto a sociedade quanto os educadores em um período de resistência e persistência para proteger valores fundamentais, como a inclusão, a igualdade e os direitos humanos.

O QUE A PANDEMIA E O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NOS ENSINAM?

Sabemos que tudo é aprendizado, viver é um devir e a realidade não é linear nas palavras de Nietzsche (2011). Há muitas coisas que a pandemia nos ensinou enquanto sujeitos humanos socioculturais que somos: que a vida é preciosa e pode acabar em segundos; que a desperdiçamos com coisas banais; que agir no coletivo salva vidas, desperta a responsabilidade social, acalenta os outros e a si mesmo no momento que é preciso ter empatia, respeito e generosidade; pois enquanto uns vivem outros morrem não apenas de COVID, mas de fome, desnutrição, drogas; que a natureza, o Planeta também estão doentes e pedindo socorro.

Para Ailton Krenak (2021), escritor e ativista indígena, o Brasil tem uma história marcada por desigualdades, como que nessa base vamos construir um modelo sustentável, pautado no princípio do bem-estar, em que a natureza é para o consumo, e assim tiramos pedaços dela (removendo montanhas, realizando atividades de agricultura no solo de maneira exaustiva, apagando rios, matando árvores, tantas outras coisas)? O repensar tem que ser no sentido do princípio do bem viver, onde o ser humano esteja subordinado a uma ecologia planetária, dentro do organismo vivo que é Terra. Assim, é possível ter trocas e viver com inteligência e abundância como expressão da vida.

Na perspectiva da educação, a pandemia e os ciberespaços ensinaram que o ensino presencial seja nas escolas ou nas universidades – são os melhores espaços para além de ensinar e aprender, socializar. Isso os estudantes já entenderam (sentiram saudade da escola, dos colegas, do reencontro). Também, fica claro que o Ensino Remoto Emergencial, no contexto de pandemia, se caracterizou como precário, porém necessário, urgente, mas desafiador para o professor e o aluno (BAHAR, 2020; SAVIANI & GALVÃO, 2021.).

E a sociedade será que compreendeu a importância do espaço escolar; dos (as) professores (as); a falta de investimentos do Estado para educação. Será que terão conhecimento de que quando o estado nega uma educação pública, gratuita e de qualidade ele nega direitos humanos essenciais? Tudo isso prejudica diretamente a qualidade do ensino e da aprendizagem. Além de reforçar ainda mais a precarização do trabalho docente pelo ataque neoliberal dos últimos anos (ex. reformas trabalhista e previdenciária), e agora a precarização escancarada com o vírus, e sobre o trabalho docente no formato remoto.

Ensina que o negacionismo também acaba com a educação, pois, na escola trabalhamos com conhecimento científico através de uma transposição didática para transformar o conhecimento acadêmico em escolar, negar a ciência, negar o óbvio, pode gerar uma tragédia para educação, a escola sem partido e a devastação das universidades públicas na concepção neoliberal mostra isso. Para Harvey (2016), o neoliberalismo é um projeto político que perante uma ameaça global ao seu poder, a classe capitalista corporativa reconheceu que tinha que lutar para travar o poder da classe trabalhadora por quaisquer meios possíveis.

Conforme Chauí (2018), a sociedade no Brasil tem dificuldade de fortalecer de fato a democracia porque está sempre considerando as hierarquias. Temos hoje a carência das classes populares e os privilégios da classe dominante o que torna a criação, a permanência ou a consolidação dos direitos humanos muito mais difícil, ainda mais ao considerar as políticas neoliberais.

Para Freitas (2012), o neoliberalismo é pautado na liberação do Estado para com seu compromisso social, nele inserida as políticas educacionais. Nessa visão, a educação é transformada em uma mercadoria. A educação passa a ser um negócio, altamente rentável. Portanto, o direito à educação passa a ser considerado, na visão de Freitas (2012), “como um serviço definido pelo mercado”.

De acordo com Santos (2010) o problema epistemológico deva ser central para a próxima fase da luta revolucionária. Cientificismo, positivismo, autoridade masculina, elitismo e eurocentrismo devem ser desembarçados do processo pelo qual um conhecimento libertador é desenvolvido e propõem uma nova epistemologia da libertação. A educação no Brasil também não precisa ser repensada?

Há nos debates atuais, diferentes propostas que tentam romper com a ideologia positivista que não serve mais para formar cidadãos críticos, como por exemplo a Educação decolonial, pautada na teoria do bem viver que propõem outras possibilidades e propostas pedagógicas e epistêmicas contra hegemônica ao modelo histórico e capitalista vigente,

discutida por Quijano (2002); Mignolo (2005, 2008), Escobar (2005); Krenak (2001), Walsh (2007).

Brandão (2020), nos chama a atenção para a urgente e necessária descolonização dos espaços do saber. Conforme Santos (2010), é emergente uma releitura de práticas contra hegemônicas a favor de formas alternativas de pensar o mundo e seus sujeitos. É preciso descolonizar, com urgência, os espaços acadêmicos; os espaços sociais, a mídia, os materiais didáticos da escola e os processos pedagógicos que promovem o racismo. É preciso aceitar que infelizmente ainda não rompemos pressupostos imanentes da perspectiva colonizadora.

Nesse sentido, Canclini (2003) ressalta a importância da interculturalidade crítica para pensar a diversidade de culturas híbridas. Sabe-se que diferentes grupos socioculturais estão no espaço escolar e nas universidades, é preciso respeitar a diversidade a inclusão e os direitos iguais para os diferentes povos, comunidades e culturas.

Esse repensar da educação também é refletido por Bauman (2003), salienta que o “mundo do lado de fora” das escolas cresceu de modo diferente daquele para o qual elas estavam preparadas a educar os alunos. Uma educação escolarizada como o conceito e a prática de uma sociedade amplamente administrada não é mais suficiente, pois as relações sociais no século XXI perderam as características essenciais que tinham nos séculos anteriores, as pessoas passaram a entender a sociedade e a colocarem-se nela em um estado de liquidez, e não de solidificação (de laços), como era antes.

Portanto, apesar de tantos estudiosos e propostas possíveis, há um sufocamento delas pelo poder público, que prefere repetir um modelo de educação retórico e alienante. Ou seja, nenhum governo no Brasil colocou ainda a educação como prioridade e ferramenta essencial para o desenvolvimento do país. A educação brasileira está entre as piores do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pandemia controlada, as aulas presenciais foram retomadas, o que vemos é a falta de motivação para o retorno aos estudos, pânico, crises de ansiedade e outros transtornos coletivos nas escolas, calendários atrasados e o ensino apressado. E mesmo hoje em 2023, essas problemáticas são latentes.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE), implementado sem o devido planejamento, a formação adequada dos professores, as plataformas corretas e as ferramentas e instrumentos

mínimos, deteriorou a qualidade das aulas, o processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, agravou a evasão escolar no país. O ensino remoto auxilia no desenvolvimento do pensamento?

Além de todos esses inconvenientes, o ERE reforçou a precariedade da profissão docente. Historicamente desrespeitados e desvalorizados, os professores enfrentam remunerações injustas, condições mínimas de desenvolvimento profissional contínuo e o trabalho exaustivo de muitos que permanecem conectados 12 horas por dia. A vida pessoal se confunde com o trabalho. Qual o impacto do trabalho virtual na saúde física e mental dos professores?

É claro que o ensino remoto emergencial implementado durante a pandemia foi, sem dúvida, um meio de mitigar os danos causados pelo fechamento de escolas em decorrência da pandemia. Porém, o contexto de ensino remoto expôs o descaso político que nossa sociedade já enfrentava, intensificando-se com a situação da COVID-19 (SAVIANI & GALVÃO, 2021).

A pausa na educação presencial devido à pandemia da COVID-19 certamente teve impactos significativos no processo educacional e pode resultar em prejuízos futuros, especialmente se não forem tomadas medidas adequadas para abordar esses desafios. Além dos aspectos acadêmicos, essa pausa também afetou a saúde mental e emocional de muitos estudantes e educadores. Como podemos abordar as competências cognitivas associadas às habilidades socioemocionais dos alunos?

É de fundamental importância que a sociedade continue a impulsionar políticas que valorizem a diversidade, promovam os direitos humanos e garantam o acesso igualitário à educação. Os educadores desempenham um papel vital ao fomentar a conscientização e a ação em prol desses princípios dentro e fora da sala de aula.

A busca por soluções que abordem os impactos da pandemia na educação e restaurem a qualidade do ensino é um desafio, mas também uma oportunidade para compensar e fortalecer o sistema educacional de modo a garantir que ele seja mais resiliente e equitativo no futuro. A conscientização pública e o cumprimento das medidas de saúde foram e continuam sendo elementos cruciais na luta contra a COVID-19. As autoridades precisam ter responsabilidade em transmitir informações precisas e tomar medidas rápidas para proteger a saúde pública em momentos de crise. É um esforço coletivo que exige comprometimento e colaboração de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, G. Miguel. **Ofício de mestre: Imagens e Auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 258p.
- BEHAR, Patrícia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensinoremoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em 18 de julho de 2020.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Conferência sobre o Cerrado**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kcLKfx9a1zY>. Realização: 11/09/2020.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Volume 1 de Ensaio latino-americanos. Editora: Edusp, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é democracia**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XDJQ7CC6IAo> (2018). Acesso: 03.05.2021.
- ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, p.133-168, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. [s.l.]: Sabotagem, 2006. Arquivo PDF. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2021.
- _____. **Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica**. In: **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pedagogia_da_Indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2021.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Os Reformadores Empresariais Da Educação: Da Desmoralização Do Magistério A Destruição Do Sistema Público De Educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>, 2012.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo é um Projeto Político** (2016). Disponível Em: <https://Www.Esquerda.Net/Artigo/David-Harvey-O-Neoliberalismo-E-Um-Projeto-Politico/43872>. Acesso: 02.05.2021.

KRENAK, Ailton. **O Bem Viver e o sentido da natureza**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XS5A5w14kGo&t=2856s>. Acesso: 01.2021.

LIBÂNEO, José C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, mar. 2012.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo**: O hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In.: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, setembro, p. 71 – 103. (Coleção Sul Sul), 2005.

_____. **Desobediência epistêmica**: A opção decolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. Cadernos de Letras UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, n.º. 34, p. 287 – 324, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

OMS. **Organização Mundial da Saúde**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-da-saude>. Acesso: 03.05.2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Revista: Novos Rumos, edição 28, Ano 17, número 37, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (Orgs.). Epistemologia do Sul. São Paulo: Cortez, p. 31-83, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. **Educação na Pandemia**: a falácia do ‘ensino’ remoto. Universidade e Sociedade ANDES-SN, ano XXXI, janeiro, 2021.

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar** (2021). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar>. Acesso: 17.05.2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, p. 47 – 62, 2007.

SOBRE AS AUTORAS E O AUTOR**LETÍCIA COELHO DOS SANTOS**

Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2010), Especialista em Gestão Educacional, Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores – PPGECFP, UESB-BA (2016). Docente do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR. Integrante do quadro do banco de Avaliadores do Ministério da Educação (MEC), Pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa GETE, Departamento de Ciências Humanas da UESB. Atualmente é docente da Educação Infantil do Sistema Municipal de Educação, Jaguaquara-BA, Brasil.

LORRANNE GOMES DA SILVA

É professora titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO), no curso de Licenciatura e Mestrado em Geografia (PPGEO). Possui Graduação em Geografia pela UEG, câmpus Cora Coralina (2008). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto de Estudos e Pesquisas Socioambientais (IESA), câmpus Goiânia (2010). Doutorado em Geografia pela UFG/IESA (2016). Pós-doutorado em História pela UFG (2019) e pós-doutorado em Geografia pela UFG/Regional Catalão (2020).

PAULO MÁRCIO SANTOS DE QUEIROZ

Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2002), Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental – PPGPA, UCSAL (2012). Atualmente é docente do Colégio da Polícia Militar Professor Luiz Neves Coutrin, Jequié-BA, Brasil.